

Os Marranos

Uma história que precisa de cura

Peter Hocken

OS MARRANOS - UMA HISTÓRIA QUE PRECISA DE CURA

Todos os direitos em língua portuguesa reservados a:

© Copyright – Associação Ministério Ensinando de Sião
Filiado ao Netivyah Bible Instruction Ministry – Jerusalém – Israel
Caixa Postal 2177
CEP 31270-310 – Belo Horizonte - MG

www.ensinandodesiao.org.br
e-mail: siao@ensinandodesiao.org.br

Título original:
The Maranos - A History in Need of Healing
© Copyright - Toward Jerusalem Council II
All rights reserved.

Editor responsável: *Matheus Zandona Guimarães*
Tradução: *Nadya Denis*

1ª Edição – agosto/2013

Proibida a reprodução total ou parcial sem prévia autorização dos editores.

Índice

Introdução	5
Primeira Parte: O Antecedente Espanhol	9
Segunda Parte: Os Marranos e a Inquisição	13
Terceira Parte: A Vida dos Cripto-Judeus	29
Quarta Parte: Questões referentes ao Segundo Concílio de Jerusalém	47
Epílogo	55
Bibliografia	59

Introdução

Este livreto sobre os Marranos, os judeus da Espanha, de Portugal e da América Latina, os “batizados à força”, é o terceiro da série dos livretos “Rumo ao 2º Concílio de Jerusalém” (TJCII - Toward Jerusalem Council II). O TJCII teve início em 1996.¹ Em março de 1998, os membros do comitê do TJCII e um grupo de interessados fizeram uma viagem de oração à Espanha, visitando Granada, Córdoba e Toledo. A partir desse momento, os líderes do TJCII sabiam que um dia teriam de abordar a história e os sofrimentos dos Marranos.

É necessário esclarecer a terminologia usada neste texto. Na literatura existente sobre este assunto, são usados vários termos: “Marranos”, o termo espanhol “conversos” (convertidos), “cristãos-novos” (em contraste com os cristãos-velhos, não judeus), e “anussim” (forçados), o termo hebraico para os judeus convertidos à força para o cristianismo. Enquanto o termo “converso” continuou como descrição de todos os batizados que possuíam algum ancestral judaico, o termo “cripto-judeu” só é usado para aqueles que continuaram afirmando sua identidade judaica, praticando secretamente sua fé judaica da melhor maneira possível. Este livreto segue usando o termo “Marrano” neste sentido. Visto que o fenômeno do batismo de judeus sob pressão é o tema abordado pelo TJCII (ver 4ª parte), o termo “Marrano” tem sido mantido como uma descrição que inclui todos os outros. Embora esta expressão através dos tempos tenha tido um significado pejorativo, seu uso pode relembrar-nos dos sofrimentos e da ignomínia a que estas pessoas foram submetidas ².

¹ Para maiores informações sobre o TJCII, veja Peter Hocken, *Rumo ao Segundo Concílio em Jerusalém - Visão e História* (www.tjc2.org.br).

² Frequentemente, diz-se que o termo “marrano” vem da palavra “porco” na linguagem de Castilha. Entretanto, para Henry Kamen, isto é “etimologicamente não documentado” (*The Spanish Inquisition: An Historical Revision*, p.323). Carrlos Carrete Parrondo dá como origem o antigo verbo “marrar”, que significa “faltar”, indicando a falta da fé cristã (Henri Méchoulan (ed.), *Les Juifs de l'Espagne: histoire d'une diaspora 1492*, p.23). Kamen cita Carrete Parrondo, indicando a raiz do termo como “marring” (estragando), o “estrago” da fé cristã (pp.323-324).

Em 2005, os líderes do TJCII decidiram que era necessário abordar esse assunto. Em setembro de 2005, realizou-se a primeira consulta latino-americana do TJCII em Buenos Aires, na Argentina, com a participação de judeus messiânicos da Argentina e do Brasil. A questão dos Marranos seria abordada de maneira direta em Buenos Aires. Por essa razão, Marcelo Miranda Guimarães, fundador e líder do ministério judaico-messiânico “Ensinando de Sião”, de Belo Horizonte, no Brasil, foi convidado a falar sobre a história e a herança dos Marranos, principalmente na América Latina. Eu respondi com uma confissão católica do pecado dessa triste história da conversão forçada de muitos judeus e da tentativa sistemática de eliminar toda prática da fé judaica. Foi um momento muito comovente, quando cerca de vinte pessoas com ancestrais marranos responderam a um convite de virem à frente para uma oração.

Liliane Saez, membro da congregação messiânica Bet-El, de Buenos Aires, escreveu mais tarde acerca da sua experiência durante a visita do TJCII: *“...fomos orar na Praça 11 de Mayo com líderes católicos e judeus(...) Lá experimentei profunda dor ao sentir em minha própria alma o horror, a solidão, o desprezo e o vazio de saber que havíamos sido excluídos da cultura judaica e também da gentílica. Então, nossa identidade perdeu-se e não éramos mais nada(...) Quando o Padre Peter falou sobre os batismos forçados, a imposição das leis católicas, a perseguição da parte dos espiões da Inquisição, a proibição das práticas judaicas, o medo de sermos acusados como hereges, a condenação de passar a vida como prisioneiros, tudo isso foi muito doloroso. Depois que surgiu a Inquisição, as mães disseram aos seus filhos para não falarem sobre a sua fé, vivendo com o temor de serem mortos, caso revelassem sua identidade. Foi como se eu mesma estivesse vivenciando todas aquelas experiências. Senti-me como se estivesse sendo cortada em pedaços e dispersada. Senti grande dor pelos milhares de*

*descendentes de judeus que ainda hoje não compreendem quem são. Sinto-me como uma filha adotiva que somente agora descobriu sua verdadeira origem, os pais verdadeiros e os irmãos mais velhos que antes não me amavam, mas que agora vieram para pedir perdão”.*³

No TJCII estamos conscientes de que esta longa história de opressão e sofrimento precisa ser tratada de maneira mais abrangente, porém, não se pode lidar com ela apressadamente e depois esquecê-la. As profundas feridas infligidas necessitam de tempo e da graça de Deus para serem curadas. É necessário um estudo detalhado da questão e orações contínuas. Este livreto oferece uma contribuição para tornar esta história e suas consequências mais amplamente conhecidas, e para estimular uma resposta plena de fé dentro da totalidade do Corpo de Cristo. Acreditamos que a eventual cura desta ferida maciça vai ocasionar bênçãos inimagináveis para a Igreja e o para o Povo Judeu.

³ *TJCII Communiqué* (Primavera, 2006), p. 3.

Primeira Parte

O Antecedente Espanhol

A história dos Marranos começou na Espanha, em 1391, e um século mais tarde, em Portugal. Da Espanha e de Portugal, a história dos Marranos se espalhou por toda a América Latina sob domínio ibérico e, num grau menor, a outros países europeus sob governos católicos.

A primeira pergunta a ser feita é: “Por que a Espanha?” As atitudes negativas do mundo cristão medieval para com os judeus não estavam limitadas à Espanha. Mesmo antes de surgir o fenômeno dos Marranos na Espanha, já haviam acontecido várias manifestações de violência antissemita em outras nações européias, bem como expulsões de judeus de cidades e países inteiros, especialmente na Europa Ocidental.

Entretanto, havia vários elementos na história da Espanha que eram significativamente diferentes do resto da Europa e que, em retrospectiva, podem ser vistos como contribuição para a futura história dos Marranos.

Em primeiro lugar, foi na Espanha, sob o governo dos reis visigodos do século VIII, que o desgaste lento dos direitos dos judeus e um enfraquecimento drástico da proteção da comunidade judaica sob a lei romana, levou a uma tentativa organizada para eliminar o judaísmo de todo o território. Os visigodos, uma tribo germânica, haviam conquistado grande parte da Espanha desde o ano de 412. Eram cristãos arianos, considerados como hereges pela Igreja Católica, porém, eram de certa forma mais amigáveis para com os judeus. Mas a situação piorou para os judeus da Espanha quando o rei Recaredo aceitou a fé católica ortodoxa no final do século VI.

Ao longo do século VII, um certo número de reis fracos e de vida curta, aliados a um clero mais hostil do que a população em

geral, procuraram enfraquecer e eliminar a comunidade judaica, que era percebida como uma ameaça à ortodoxia católica. Durante esse período, os reis procuraram impor suas políticas anti-judaicas através de uma série de Concílios Eclesiásticos, apesar da existência de reinados intermitentes após os quais foi abandonada esta repressão aos judeus. A frequência com que medidas anti-judaicas eram aprovadas por uma série de Concílios em Toledo, indica a relativa ineficácia de tais políticas. Enquanto dados disponíveis nos informam sobre os decretos dos Concílios, sabe-se muito pouco sobre a vida real da comunidade judaica sob este regime.

Em 613, os judeus da Espanha foram forçados a escolher entre o batismo e o exílio. Alguns saíram para a França, outros foram batizados. Vinte anos mais tarde, o Quarto Concílio de Toledo rejeitou na teoria os batismos forçados, mas mantinha a sua validade depois do fato consumado¹. Foram aplicadas sanções aos judeus batizados que não praticavam a fé católica, inclusive o afastamento dos seus filhos, para que não crescessem “no erro dos seus pais”. Depois de outra trégua, as decisões de 633 voltaram a ser aplicadas com maior severidade. Em 653, um concílio propôs a pena de morte para os judeus “conversos” que continuassem com qualquer prática judaica, punição que foi abolida uma geração mais tarde. Um outro rei proibiu todo o comércio e transação para qualquer um que não fosse um “verdadeiro cristão”. Sob tão severa opressão, a alegação de 694 (de que os judeus espanhóis haviam convidado os mouros a invadir a Espanha e derrubar os reis católicos), era perfeitamente plausível. Em consequência, todos os judeus da Espanha foram reduzidos à condição de escravos.

Em nenhum outro território europeu, durante o primeiro milênio do cristianismo, houve tanta persistência para eliminar o povo

¹ Esta foi a posição do Papa Gregório, o Grande (590 - 604), que havia expressado forte desaprovação das conversões forçadas.

judeu através do exílio ou do batismo forçado. Parkes resume esta triste história com o comentário: *“Este foi o fim da primeira comunidade judaica espanhola, um prenúncio da tragédia ainda maior que aconteceria aos seus sucessores aproximadamente 800 anos depois.”*²

Em segundo lugar, a história da Espanha apresentou uma diferença significativa do resto da Europa Ocidental, como resultado da conquista muçulmana no ano de 711. Para a comunidade judaica, o governo muçulmano foi um importante alívio da opressão cristã. Circularam estórias de que os judeus haviam aberto as portas de Toledo para os invasores muçulmanos. No século XV, os “cristãos-velhos” usaram a “lembrança” desse fato contra a comunidade judaica e contra os cristãos-novos.

A conquista muçulmana inaugurou um período de estreita colaboração entre a população judaica e os conquistadores muçulmanos. Um historiador judeu escreveu sobre aquela época: *“Assim, desde o primeiro momento, foi estabelecido o alicerce para a cooperação árabe-judaica, uma simbiose cultural inigualável que se desenvolveu num período posterior.”*³ Os séculos X e XI foram um tempo de grande erudição judaica em filosofia e nas ciências, principalmente na Andaluzia, ao sul da Espanha. Os eruditos judeus escreviam todos eles na língua árabe. O florescimento da vida e da cultura judaica sob o domínio muçulmano provavelmente contribuiu para a posterior opressão cristã, pois a prosperidade judaica contradizia a teologia aceita na época. Desde Agostinho de Hipona, no século V, ensinava-se que como punição da rejeição de Jesus, Deus mantinha o povo judeu numa condição de humilhação, a fim de mostrar as consequências da sua iniquidade

² James Parkes, *The Conflict of the Church and the Synagogue*, p. 368.

³ Moses A. Shulvass, *The History of the Jewish People*, Vol. II, p. 11.

e descrença. A opressão posterior contra os judeus confirmaria com fatos essa teologia.

Em terceiro lugar, a população judaica da Espanha era muito maior do que em outras partes da Europa. A população judaica era maior na Andaluzia, formando a metade da população de Granada, em 1066. É impossível saber qual era o número exato de judeus na Espanha no começo do século XV. As estimativas vão de 200.000 a 900.000, embora o verdadeiro número possa ser mais próximo da estimativa mais baixa⁴. Os judeus provavelmente formavam 10% da população espanhola. Para termos melhor perspectiva desses números, devemos lembrar que havia cerca de 5.000 judeus na Inglaterra no ano de 1290, quando este país tornou-se o primeiro reinado a expulsar seus habitantes judeus. A escalada da questão dos Marranos foi consequência do tamanho da população judaica.

⁴ A cifra mais alta foi estipulada em 600.000 judeus, que se imagina terem vivido na Espanha na época da expulsão, em 1492. No entanto, é quase certo que este número foi tirado do relato bíblico do Êxodo do Egito, com o qual foram feitas as comparações (ver Números 2:32).

Segunda Parte

Os Marranos e a Inquisição

A história dos Marranos começa no ano de 1391. Para o historiador judeu Élie Barnavi, *“o ano de 1391 provavelmente constitui uma das datas mais críticas na história judaica, se não na memória do povo judeu.”*¹ No verão de 1391, a primeira onda de batismos em massa de judeus espanhóis ocorreu após ameaças de morte provenientes de multidões violentas caso os judeus não se “convertessem”. Aconteceram tumultos em Sevilha, onde o arqui-diácono de Écija, Ferrant Martinez, estivera pregando inflamados sermões antissemitas desde 1378. A morte do rei, em 1390, deu a Martinez a oportunidade de instigar as multidões para atacarem o bairro dos judeus em Sevilha, no verão seguinte. O bairro foi totalmente saqueado. Cerca de 4.000 judeus foram espancados até a morte em Sevilha; muitos foram vendidos como escravos aos árabes e alguns foram submetidos ao batismo. Duas semanas mais tarde, as comunidades judaicas no resto da Andaluzia foram atacadas. As turbulências se estenderam até Córdoba, onde cerca de 2.000 judeus foram mortos, chegando depois a Toledo. Ao todo, cerca de 70 comunidades judaicas em Castilha foram devastadas. Os tumultos então espalharam-se até Aragão e Malorca, mas não para Navarra ou Portugal. É dito que dezenas de milhares de judeus receberam o batismo forçado nesse período.

Uma segunda onda de batismo de judeus aconteceu entre 1412 e 1415. As razões dessa vez não foram as ameaças de multidões enfurecidas, mas as acusações contra os judeus da parte de um dos maiores pregadores católicos da época, Vicente Ferrer, que mais tarde foi canonizado. Ferrer usou sua influência para

¹ Élie Barnavi, *Histoire universelle des juifs*, p. 114

assegurar a aprovação de leis antijudaicas para impulsionar conversões ao cristianismo. Ferrer alertou contra o uso de violência para com os judeus e insistiu que os judeus deveriam ser convertidos pela persuasão. Mas as multidões entusiastas que o seguiram através de Castilha e Catalúnia não eram muito disciplinadas, e essa campanha foi marcada por um ambiente de pressão e coerção. Nessa época, algumas sinagogas foram transformadas à força em igrejas. É necessário mencionar que os “conversos” (convertidos) recebiam pouca ou nenhuma instrução religiosa depois do batismo.

O batismo e a entrada na Igreja Católica automaticamente transformaram a condição dos judeus “convertidos”. Enquanto as restrições à participação dos judeus na vida pública não foram tão severas na Península Ibérica quanto no resto da Europa, os judeus ainda eram excluídos de qualquer posição que envolvesse autoridade sobre os batizados. Com o batismo, as profissões e ocupações que anteriormente estavam fechadas abriam-se para os “conversos”. De fato, muitos “conversos” provinham da elite social e intelectual da comunidade judaica. Frequentemente, ocupavam posições importantes no governo, no exército, nas universidades e na Igreja. Muitos se casaram com pessoas da nobreza e alguns até mesmo casaram-se com membros da realeza de Aragão. Uma fonte informa que, até meados do século XV, os “cristãos-novos” eram mais impopulares entre a população espanhola do que os judeus que haviam permanecido fiéis à sinagoga.

A Reação contra os “Cristãos-Novos”

Um segundo estágio na história dos Marranos começa em 1449, com o surgimento de tumultos dirigidos especificamente contra os cristãos-novos, primeiramente na Cidade Real e depois em Toledo, a capital de Castilha. Os amotinados em Toledo voltaram-

se contra os ricos comerciantes “conversos” e tomaram o controle da cidade. Isto levou à adoção da primeira lei da “limpieza de sangre” (pureza de sangue), que excluía todos os cristãos-novos dos cargos públicos da cidade (os judeus comuns já estavam excluídos). A lei de Toledo expressou o desprezo pelo povo judeu, descrevendo os cristãos-novos como *“infames, inadeguados, incompetentes e indignos de ocuparem um posto público e obterem benefícios particulares na cidade, como tabeliães ou testemunhas... ou de terem domínio sobre os “cristãos-velhos” na santa fé católica”*. O Papa Nicolau V imediatamente censurou esta lei e excomungou os seus autores. Entretanto, a obsessão pela “pureza de sangue” não seria erradicada tão facilmente.

Os contínuos tumultos que surgiram contra os cristãos-novos levaram à intervenção da autoridade civil para prevenir tais distúrbios. Os governantes ficaram preocupados, pensando que estes tumultos fossem um sinal de descontentamento popular. Quando os reis Fernando e Isabel conquistaram o poder sobre Aragão e Castilha, estavam determinados a eliminar todo distúrbio popular, inclusive os sermões difamatórios, punindo toda atitude de perturbação. Certas pessoas influentes mas hostis aos judeus, tentaram persuadir os monarcas de que o descontentamento era consequência dos costumes judaicos secretos praticados pelos “conversos” e encorajados pelos rabinos nas sinagogas. Na verdade, o antissemitismo e a inveja haviam sido as maiores causas da inquietação social. Surge então a primeira Inquisição espanhola e, posteriormente, a expulsão dos judeus da Espanha. A Inquisição deveria atuar contra o problema da continuidade das práticas judaicas secretas entre os cristãos-novos. Qualquer influência judaica seria eliminada pela expulsão dos judeus.

Há pontos de vista diferentes entre os eruditos quanto à extensão dos costumes judaicos entre os “conversos” do século XV

na Espanha, antes do Decreto de Expulsão de 1492. O mais convincente, desenvolvido pelo monumental estudo de Gitlitz, *Sigilo e Engano*, aponta para a ampla prática judaica entre os “conversos”. *“Desde a primeira onda de conversões forçadas, em 1391, até a sua expulsão, em 1492, os ‘conversos’ ibéricos continuaram vivendo nas proximidades dos seus vizinhos judeus, apesar das tentativas esporádicas das autoridades de segregar formalmente os bairros de acordo com sua religião.”*² Embora isso não demonstre o nível em que se mantinham as práticas judaicas entre os “conversos”, demonstra, no entanto, um grau considerável de influência. Alguns eruditos argumentam que tais costumes não eram comuns (pelo menos até que a Inquisição começasse a funcionar no início de 1480), mas seus argumentos não são totalmente convincentes. O julgamento dos rabinos da África do Norte, baseado no argumento que os “conversos” da Espanha no século XV eram apóstatas e não vítimas inocentes da perseguição, foi baseado na escolha das vítimas em permanecerem na Espanha, ao invés de emigrarem para um lugar onde a prática do judaísmo fosse permitida. Entretanto, isto não é um indicador confiável das práticas religiosas daqueles que escolheram não emigrar. As afirmações consistentes de Isaac Abravanel, um importante conselheiro judeu do rei Fernando, de que as acusações contra os “conversos” eram falsas, referem-se ao período em que a Inquisição estava processando muitos deles.

O Estabelecimento da Inquisição Espanhola

Quando o rei Fernando e a rainha Isabel tentaram erradicar de seus domínios as práticas cripto-judaicas, eles queriam uma nova forma de Inquisição sobre a qual tivessem controle direto. Para eles, o padrão medieval anterior de uma Inquisição sob o controle

² Gitlitz, p. 587.

do bispo local, tal como o Bispo de Valência havia reativado em 1460 contra os judaizantes, era totalmente inadequado. Entretanto, também não queriam a forma papal da Inquisição, sob o poder direto do Papa, usada contra os albigenses no sul da França, no século XIII. Assim, os monarcas fizeram uma petição ao Papa para estabelecerem uma Inquisição sob o controle deles para lidar principalmente com a “heresia judaizante”, amplamente disseminada pela Andaluzia. “Judaizante” era o termo usado para os cristãos-novos que continuavam praticando secretamente a religião judaica. O Papa Sisto IV concedeu a aprovação relutantemente, em 1478. De forma diferente da Inquisição anterior, todos os funcionários, com exceção do Inquisidor Geral, eram nomeados pelo rei, e não pelo Papa.

Visto que a autoridade final permanecia nas mãos do Papa, os cristãos-novos investiram muita energia e dinheiro buscando amenizar seus sofrimentos causados pelos Papas. No entanto, os esforços de alguns Papas para limitar alguns dos piores aspectos da Inquisição espanhola fracassaram, sendo frequentemente ignorados pelos reis. Enquanto a Inquisição espanhola oficialmente fazia parte da Igreja (porque as questões da fé eram de preservação exclusiva da Igreja), os bispos espanhóis não tinham autoridade sobre a Inquisição. Assim, ela rapidamente tornou-se a instituição mais temida na Espanha. Em meados do século XVI, a Inquisição espanhola havia se transformado ela mesma em lei, cada vez mais independente da coroa, na prática, tendo que responder apenas a si própria.

Existe uma ideia largamente difundida de que o estabelecimento da Inquisição contribuiu para o aumento de judaizantes entre os conversos”. Por quê razão? Em primeiro lugar, o estabelecimento da Inquisição representou o primeiro ataque direto aos cristãos-novos judaizantes e, por isso, colocou todos os cristãos-novos sob certo grau de suspeita. A existência da Inquisição colocou

a comunidade dos “conversos” sob a luz de refletores. Quando a Inquisição chegava primeiramente a uma cidade, proclamava-se um “Édito de Graça” convidando os que eram culpados de serem judaizantes e de outras ofensas contra a fé a fazerem uma confissão no espaço de trinta dias, com a promessa de um tratamento indulgente, ao passo que admoestava severamente os católicos a fornecerem informações sobre qualquer suspeito. Este ataque às práticas judaicas provavelmente golpeou a consciência de alguns cristãos-novos, que não estavam muito convictos.

Em segundo lugar, os “Éditos da Graça” forneciam uma longa lista de práticas judaizantes para ajudar os informantes pagos, vizinhos e curiosos, a identificar os ofensores. Ironicamente, nas gerações posteriores à expulsão, quando os cripto-judeus necessitavam de material para instruírem seus filhos sobre o judaísmo, estas listas tornaram-se fontes de informação sobre as práticas judaicas dos Marranos.

Embora a Inquisição estivesse oficialmente preocupada com todas as ofensas contra a fé católica e, mais tarde, com os que simpatizavam com a fé evangélica, o enfoque no período inicial até 1530 estava nos “conversos”. Como instituição da Igreja, a Inquisição tinha autoridade direta somente sobre os batizados. A sua principal tarefa era arrancar pela raiz toda forma de ligação com o judaísmo ainda presente entre aqueles que agora eram oficialmente católicos. Os procedimentos e os métodos da Inquisição espanhola são descritos a seguir.

Os Efeitos da Expulsão de 1492

Há pouca concordância entre os eruditos quanto ao número dos judeus que foram expulsos, o número total de judeus na Espanha antes da expulsão, o número daqueles que foram batizados e permaneceram na Espanha, o número dos que fugiram para Portugal

e o número dos que buscaram refúgio no Norte da África. O número total de judeus na Espanha, naquela época, varia entre 70.000 e 200.000. O Decreto de Expulsão continha uma ordem: “Convertam-se ou vão embora”. O número de judeus que escolheram o batismo em lugar do exílio é calculado em torno de 25.000 a 50.000. O número menor parece o mais provável. Foi aumentado por aqueles (entre 1.500 e 6.000 judeus) que deixaram a Espanha mas logo decidiram voltar e ser batizados, reivindicando dessa forma os bens da família.

A expulsão mudou o caráter do cripto-judaísmo na Espanha. Anteriormente, os judaizantes podiam obter informação sobre o judaísmo e consultar a literatura judaica entre os seus parentes da comunidade judaica. Após a expulsão, esses recursos foram negados. Os livros judaicos tornaram-se evidência incriminatória para a Inquisição, bem como qualquer objeto que indicasse a sua fé judaica. Como resultado, o único lugar onde os judeus podiam praticar sua religião com relativa segurança era o seu lar. Isto deu nova importância ao papel das mulheres, principalmente às mães de família, quanto à prática e a preservação do cripto-judaísmo (ver 3ª Parte).

A expulsão também deu novo impulso ao cripto-judaísmo. Para a minoria dos judaizantes convictos entre os cristãos-novos da terceira geração, cuja “conversão” familiar datava de aproximadamente 80 anos, foram adicionados muitos que, por longo tempo, haviam resistido aos esforços de cristianizá-los até se defrontarem com o dilema: “Perder tudo ou converter-se”.

A mais intensa investigação e os processos contra cristãos-novos judaizantes na Espanha aconteceram antes do ano de 1540. Em meados do século XVI, a geração que ainda se lembrava dos tempos anteriores à expulsão, bem como de uma evidente presença judaica na Espanha, já havia morrido. Enquanto a maioria sabia quem pertencia aos cristãos-novos, tornou-se cada vez mais difícil saber

quem continuava com as práticas judaicas; era muito perigoso fazer perguntas. A falta de acesso a fontes judaicas levou a uma diminuição das práticas judaicas entre os cripto-judeus ativos. Após o primeiro terço do século XVI, os julgamentos contra os judaizantes decresceram drasticamente. Aqueles comprometidos com o judaísmo, ou haviam sido presos ou haviam deixado o país, quer seja para a segurança de um país evangélico ou muçulmano, ou para a incerteza das colônias espanholas. Gitlitz diz: *“Tanto as evidências rabínicas quanto as da Inquisição sugerem que em torno de 1540, a maioria dos “conversos” restantes havia sido absorvida pela cultura do catolicismo espanhol.”*³

O Êxodo para Portugal

Quando o rei Fernando e a rainha Isabel expulsaram os judeus remanescentes da Espanha no verão de 1492, um grande número (as estimativas vão de 50.000 a 120.000) cruzou a fronteira para Portugal e dirigiu-se para o norte do país. Portugal era uma opção relativamente atraente para os judeus espanhóis devido à semelhança da cultura e da língua, e pelo fato de Portugal não ter tido uma história de conversão forçada. No entanto, Portugal demonstrou ser um refúgio de curta duração. Nos primeiros anos, o rei D.João II afastou setecentas crianças judias de suas famílias, enviando-as para serem criadas como cristãs na ilha de São Tomé, na costa ocidental da África. Mas a situação piorou durante o seu sucessor, D.Manuel I. O novo rei queria casar-se com a princesa Isabel da Espanha, filha do rei Fernando e da rainha Isabel, que somente permitiram o casamento sob a condição de que o rei expulsasse todos os judeus de Portugal.

Em dezembro de 1496, foi promulgado um decreto de expulsão. Nessa época, os judeus compunham cerca de 8% da

³ Gitlitz, p. 41. Shulvass, Vol. III, p. 166.

população do país. Vendo quão desastrosa seria a perda dos judeus para a economia da nação, o rei decidiu que eles deveriam ficar, o que significava o batismo forçado, ao invés de ser sob persuasão. Não havia escolha. Um historiador judeu escreveu: “Em Portugal, a inteira comunidade judaica, tanto a nativa quanto a imigrante, foi arrastada para a pia batismal em 1497 e simplesmente declarada cristã. Os Marranos portugueses foram assim convertidos ‘em comunidade.’”⁴ Como resultado, os Marranos portugueses eram mais fortes na sua adesão ao judaísmo, muitos já tendo se mantido firmes na Espanha contra as pressões maciças. Esses batismos em massa de judeus em Portugal produziram uma situação mais definida do que na Espanha. Virtualmente, nenhum dos judeus batizados em Portugal acreditava em Jesus Cristo, ao passo que na Espanha a situação era mais confusa.

Sob o reinado de D.Manuel, muitos judeus serviam diretamente ao rei e, assim, os Marranos portugueses tiveram um papel preponderante no desenvolvimento do comércio com as novas colônias que foram estabelecidas nas Índias e na América Latina. Seguiu-se um período (com alguns distúrbios aparte)⁵ em que eles foram capazes de desenvolver uma forma relativamente estável de uma “vida dupla”: externamente católicos praticantes e, secretamente, judeus. O forte compromisso com o judaísmo e o período de “aclimatação” foram as principais razões pelas quais a vida como Marrano em Portugal fosse mais difícil de ser erradicada do que na Espanha.

Com a chegada do rei D. João III ao poder, seguiu-se uma política mais repressiva. Após cinco anos de debates e controvérsias

⁴ Shulvass, Vol. III, p. 166.

⁵ Pelo menos 2000 “conversos” foram mortos em dois dias em Lisboa, em 1506, embora os responsáveis pelo massacre tivessem sido severamente punidos. Em 1528, os Marranos foram atacados em diversas cidades, com massacres nos Açores e na ilha da Madeira.

entre papas e monarcas, foi estabelecida uma Inquisição em 1536 com o modelo espanhol, embora sua estrutura não fosse idêntica⁶. O tamanho menor de Portugal facilitou uma organização mais forte da Inquisição que, a partir de 1560, esteve centrada em Lisboa, Coimbra e Évora⁷, recrutando um vasto exército de funcionários. Em Portugal, os judaizantes formavam uma porcentagem mais elevada dos processos da Inquisição do que na Espanha. A severidade da repressão em Portugal levou muitos Marranos a irem para a Antuérpia e, mais tarde, para Amsterdam e Brasil. Depois que Portugal passou para o domínio espanhol, em 1580, muitos voltaram à Espanha, encorajados por relatos de que a repressão havia diminuído. Este influxo dos Marranos de Portugal revigorou a Inquisição espanhola, de forma que numa segunda onda, a Inquisição enfocou os judaizantes, dos quais uma elevada porcentagem de condenados era de Portugal

Devido ao fato dos cripto-judeus de Portugal oferecerem maior oposição do que os cripto-judeus da Espanha, a Inquisição portuguesa nunca teve êxito em eliminar a prática cripto-judaica completamente. Quando Portugal alcançou novamente sua independência, em 1640, houve maior oposição à Inquisição devido aos efeitos negativos da sua política de confiscos na economia nacional. Apesar disso, a Inquisição era bem ativa contra os judaizantes até meados do século XVIII, e permaneceu como forte instituição por mais tempo em Portugal do que na Espanha, sobrevivendo a um período de supressão pelo Papa, entre 1674 e 1681. Em 1773, a distinção oficial entre “cristãos-novos” e “cristãos - velhos” foi abolida. Mas o trauma e o medo estavam de tal forma arraigados que somente no século XX o mundo ouviu falar que alguns

⁶ A tortura não era autorizada pelas autoridades da Igreja até 1542.

⁷ Um quarto tribunal da Inquisição portuguesa foi estabelecido em Goa, onde cerca de 100 judaizantes foram queimados na fogueira.

vilarejos no norte de Portugal eram habitados por cripto-judeus que ainda praticavam uma mistura de catolicismo público e judaísmo secreto.

Os Marranos da America Latina

A conquista espanhola das Américas do Sul e Central começou na mesma época em que se iniciou a opressão contra Marranos. Cristóvão Colombo navegou da Espanha para o Novo Mundo no verão de 1492, um mês após os últimos judeus deixarem o país. O Novo Mundo constituía uma grande atração para os Marranos, como região de novas oportunidades comerciais e fora das garras da Inquisição. Pelo menos quatro companheiros de Colombo eram de origem judaica. Estima-se que cerca da metade dos colonizadores da “Nova Espanha” (México) eram provavelmente Marranos. No fim do século XVI, havia 500 Marranos na Argentina, a maioria em Buenos Aires. Eles também foram para o Peru, Venezuela e Colômbia. Muitos eram comerciantes com negócios que requeriam viagens. A sua mobilidade era tanto uma forma de proteção como um meio de comunicação.

Entretanto, a coroa espanhola perseguiu os judaizantes até a America Latina, onde foram estabelecidos departamentos da Inquisição espanhola: em Lima (Peru) em 1569 - 1570; na Cidade do México em 1570, e um terceiro em Cartagena (Colômbia) em 1610. Dos judaizantes presos na América Latina, alguns haviam nascido na Espanha ou em Portugal, outros vieram da Holanda, onde haviam retornado ao judaísmo. Dessas três regiões, o México possuía muito mais cripto-judeus do que o Peru ou a Colômbia. Houve mais dois períodos significativos de atividades da Inquisição contra os cripto-judeus do México. Entre o final da década de 1570 e 1601, uma primeira onda eliminou grandemente os judaizantes ativos de origem espanhola; e em 1640 uma segunda onda de imigrantes

cripto-judeus, a maioria de Portugal, foi submetida à severa perseguição.

O descobrimento do Brasil pelos portugueses, em abril de 1500, representou uma “abertura do Mar Vermelho” para milhares de famílias de “conversos” em Portugal, visto que os cristãos-novos poderiam ajudar na colonização do Brasil. A maior liberdade no Brasil facilitava um retorno à prática mais completa do judaísmo. De forma distinta das colônias espanholas, as atividades da Inquisição no Brasil eram sempre controladas na Europa. Os funcionários de Lisboa recrutavam agentes e “espiões locais. Aqueles que eram presos no Brasil, culpados de heresia, eram enviados para julgamento em Lisboa. Em toda a história da Inquisição de Lisboa, mais de mil casos foram provenientes do Brasil.⁸

Entre 1630 e 1654 o nordeste do Brasil esteve sob o domínio da Holanda e aos judeus foi dada a liberdade para praticar o judaísmo. Muitos judeus europeus emigraram para o Brasil holandês, e muitos dos cripto-judeus ali estabelecidos começaram a praticar o judaísmo abertamente. A primeira sinagoga das Américas foi construída no Recife. Calcula-se que cerca da metade da população ali era de judeus. Quando Portugal reconquistou o nordeste do Brasil, em 1654, qualquer um que fosse identificado como judeu tinha que deixar o país. Muitos foram para o Caribe, outros para a Holanda e alguns para a América do Norte, onde ajudaram a fundar a cidade de Nova Amsterdã, agora conhecida como Nova York. Os judeus mais pobres emigraram para outras regiões do Brasil, especialmente para o estado de Minas Gerais, visando explorar as minas de ouro, criar gado e, mais tarde, produzir café. Os cristãos-novos do Brasil receberam sua liberdade em 1773, quando Portugal aboliu todas as distinções legais entre cristãos novos e velhos, mas a Inquisição no Brasil só terminou oficialmente depois da independência do Brasil, em 1822.

⁸ Segundo a Dra. Anita Novinsky, dos 40 mil processos inquisitoriais existentes na Torre do Tombo, pouco mais de 1000 foram analisados. Portanto, o número de processos provenientes do Brasil pode ser bem maior do que esta estimativa.

Como Funcionava a Inquisição

A Inquisição traçou procedimentos detalhados que seus funcionários seguiam zelosamente. Exigia-se um tabelião para todas as formas de interrogatórios, incluindo aquelas acompanhadas de tortura. O tabelião registrava qualquer palavra pronunciada pelo acusado, anotando até mesmo seus gritos e berros incoerentes. Assim, nos lugares onde os arquivos da Inquisição não foram destruídos por ocasião da sua extinção, existem registros extremamente detalhados de acusações e interrogatórios, lançando muita luz sobre a vida social e familiar dos cripto-judeus.

Primeiro, os funcionários da Inquisição juntavam as acusações. Depois, buscavam confirmar as informações recebidas. Geralmente, os funcionários eram meticulosos, somente procedendo à prisão do acusado quando estavam razoavelmente seguros do seu caso.⁹ Assim, era comum para os acusados não serem presos por vários meses e até anos após a primeira denúncia. Os presos eram colocados nas masmorras da Inquisição, construídas para permitir a espionagem secreta do comportamento do prisioneiro. De forma distinta das prisões normais daquela época, as prisões da Inquisição eram fortemente protegidas e os prisioneiros isolados do mundo exterior, uma tática deliberada para aumentar o tormento e dar aos inquisidores o que eles buscavam.

Os inquisidores buscavam duas respostas dos acusados: primeiro, uma confissão de culpabilidade, uma expressão de arrependimento ou um pedido de perdão; segundo, o fornecimento de nomes de cúmplices e outras pessoas envolvidas em práticas semelhantes. O zelo dos inquisidores para erradicar o cripto-judaísmo frequentemente resultava em interrogatórios que continuavam muito tempo após terem obtido uma confissão de culpa. A tortura podia

⁹ “Raramente aprisionavam alguém, a não ser que estivessem razoavelmente certos do seu caso.” (Cecil Roth, *The Spanish Inquisition*, p.125).

ser usada para esses dois propósitos. Era aplicada mais frequentemente aos judaizantes (e supostos evangélicos) do que a outros acusados, embora seu uso fosse mais frequente em alguns períodos do que em outros.¹⁰

Fazia-se uma distinção entre ofensas leves e graves. Aqueles que confessavam ofensas graves, *de vehementi* em terminologia oficial, tinham de usar uma certa roupa, *o sabenido*, uma longa túnica amarela, vista com horror pela população em geral, durante um número específico de anos. Entretanto, a reconciliação por ofensas graves era permitida somente uma vez, e uma segunda condenação não admitia absolvição, levando automaticamente à fogueira. Uma confissão de culpa levava então ao enforcamento, com o cadáver sendo queimado, ao passo que somente os impenitentes eram queimados vivos.

As sentenças eram lidas durante uma cerimônia, chamada na Espanha de Auto de Fé e em português, Auto da Fé, e ambos os termos significam “ato de fé”. Nos primeiros anos da Inquisição, um Auto de Fé era quase sempre realizado numa igreja e era bem simples. No século XVII, porém, tornara-se um espetáculo público elaborado, cheio de ostentação, que muitas vezes durava o dia inteiro, indo mesmo até à noite.

Entre os piores aspectos da Inquisição estavam o encorajamento de informantes anônimos (cuja identidade não era revelada ao acusado) e o confisco dos bens daqueles que eram declarados culpados. Esses elementos levaram a muitas falsas acusações. A denúncia anônima encorajava as acusações baseadas na inimizade e na vingança. O confisco de propriedade dava incentivos adicionais aos inquisidores para fomentar acusações contra os mais ricos. Até mesmo os cristãos-novos que haviam adquirido

¹⁰ Kamen fornece números bastante baixos para a porcentagem de acusados submetidos à tortura no fim do século XVI e início do século XVII, mas declara: “Nos fins do século XVII, pelo menos três quartos de todos os acusados de judaizar na Espanha - várias centenas de pessoas - foram torturadas.” (p.189).

posições proeminentes no Estado e na Igreja não estavam imunes às denúncias e à prisão. Uma das poucas maneiras em que os acusados poderiam livrar-se das acusações contra eles era comprovar que o acusador era seu inimigo há muitos anos.

Financeiramente, a Inquisição dependia grandemente do confisco de propriedade daqueles que eram declarados culpados de ofensas graves. Os bens dos acusados eram confiscados durante o tempo de julgamento e aprisionamento, com as despesas deduzidas dos mesmos. Somente em 1561, foi permitida a utilização da propriedade confiscada para amparar os dependentes dos acusados. Não se conhece a fatia desse confisco que ia para nas mãos da Coroa, mas há indicações de que a maior parte permanecia nas mãos dos inquisidores. Suas despesas eram consideráveis, inclusive o pagamento dos funcionários e de seus “familiares”, desde o menor empregado dos inquisidores e também, em algumas cidades, a construção de novos palácios.

O Número de Vítimas

Agora se reconhece que as estatísticas anteriores sobre os cripto-judeus, acusados e condenados pela Inquisição, são excessivamente altas. É difícil estabelecer números precisos, uma vez que os arquivos são disponíveis apenas aos tribunais específicos em determinados períodos. Uma das tentativas mais completas para calcular os números totais para a Espanha, Portugal e as colônias da América Latina, dá-nos a porcentagem de casos de judaizantes em torno de 10,5% do total. Dos que foram acusados como judaizantes, 3,48% terminaram em sentença de morte; 1,83% sendo executados e 1,65% queimados em efígie.¹¹ Cerca de três quartos dos cripto-judeus queimados na fogueira na Espanha eram provenientes do período inicial de 1480 a 1530. O número total das execuções de cripto-judeus na Espanha é, provavelmente, entre

¹¹ Henningsen, citado em Gitlitz, p. 76.

2.000 e 2.500. Este número não inclui os que foram queimados em efígie (simbolicamente), depois de serem condenados em sua ausência, o que era um procedimento comum da Inquisição.

Em 11 tribunais de Castilha, de 1547 a 1695, houve 16.441 casos apresentados, dos quais 3.495 (21,3%) foram acusados como judaizantes. Em dez tribunais em Aragão, entre 1539 e 1791, dentre 25.773 casos apresentados, 940 (3,6%) foram por judaizar.¹² Em Valência, nos primeiros 40 anos da Inquisição, 91,6% dos casos referiam-se a pessoas judaizantes; dos 2.160 acusados, 909 foram condenados à morte. De 1540 a 1820, somente 100 judaizantes foram julgados e 7 executados (acima da metade entre 1701 e 1730).¹³

Em relação a Portugal, parece possível haver maior precisão. Roth fala de 1.175 pessoas executadas, 633 queimadas em efígie e 29.590 reconciliadas.¹⁴ Ao todo, a Inquisição da Cidade do México condenou cerca de 1.500 pessoas por judaizarem, das quais menos de 10% foram queimadas na fogueira. Há estatísticas precisas sobre a Inquisição de Cartagena (Colômbia), no período entre 1610 e 1697, mostrando 87 casos de judaizantes, de um total de 781 acusados, contra 155 casos de superstição, 82 por heresia (evangélicos), 80 por blasfêmia e 71 por bigamia. De 4 vítimas executadas, 3 eram cripto-judeus. Dos 105 reconciliados, 37 eram casos de judaizantes.¹⁵ Uma estimativa para as colônias americanas é que cerca de 3.000 judaizantes foram julgados nas colônias espanholas, e cerca de 1.000 foram presos no Brasil.¹⁶ Marcelo Miranda Guimarães enumera 24 nomes de pessoas no Brasil que foram queimadas na fogueira em Lisboa, entre 1644 e 1748.¹⁷

¹² Números de Gitlitz, p.76.

¹³ Os números de Valência vêm de Gitlitz, p.75. Os números do segundo período para Valência são muito mais baixos, porque não era uma área em que os cripto-judeus portugueses tivessem buscado refúgio.

¹⁴ Roth, p. 124.

¹⁵ Estatísticas de Fermina Álvarez Alonso "Panorámica de la Actividad Inquisitorial en Cartagena de Indias (Séc.XVII)" em Agostino Borromeu (ed.) *L'Inquisizione*, p.287.

¹⁶ Lewin, citado em Gitlitz, p. 76.

¹⁷ Marcelo Miranda Guimarães, *Há Restauração para os Marranos e Cristãos-Novos Brasileiros, os separados da Casa de Israel?*, p.65 e 75.

Terceira Parte

A Vida dos Cripto-Judeus

Um relato sobre os cripto-judeus pode facilmente tornar-se apenas um estudo da Inquisição. No entanto, para os propósitos de reconciliação entre judeus e cristãos, é importante ter uma ideia de como era a vida daqueles que exteriormente eram obrigados a professar a fé católica, mas que secretamente afirmavam a sua identidade judaica. Esta parte buscará oferecer uma impressão geral da vida dos cripto-judeus na Espanha, em Portugal e na América Latina durante o período de observância da fé católica forçada para os judeus batizados.

É necessário distinguir três períodos: (1) de 1391 a 1480; (2) de 1480 a 1492; e (3) de 1492 até a extinção da Inquisição. Os primeiros dois períodos referem-se apenas à Espanha, mas o terceiro período refere-se à toda a Península Ibérica e à América Latina colonial.

De 1391 a 1480

Durante este período, os judeus batizados, indistintamente chamados de “conversos” e cristãos-novos, viviam em pequenas e grandes cidades, junto com o resto da comunidade judaica. Muitas famílias haviam sido divididas pela pia batismal. Quase todas as famílias judaicas na Espanha tinham parentes “conversos”, e quase todas as famílias de “conversos” tinham parentes na comunidade judaica tradicional.

Durante este período, os cristãos-novos que continuavam praticando o judaísmo podiam fazê-lo sem muito perigo, desde que fossem discretos. Parece ter havido ampla assistência de ambas comunidades a eventos familiares importantes, tais como: circuncisões, casamentos e funerais. Muitas mulheres pertencentes

aos “conversos” continuaram observando as leis judaicas com relação à higiene, o que incluía a visita à *mikvá* (imersão em água para purificação). Muitas utilizavam os serviços da comunidade judaica para obter carne *casher* (permitida ao judeu). Durante esta época, os “conversos” judaizantes não tinham dificuldade em aprender acerca da vida e costumes judaicos, tendo acesso às fontes e literatura judaicas. Ao seu lado estavam seus parentes e antigas amizades da comunidade judaica, além do rabino e a sinagoga. Mesmo nesse momento, os judaizantes viviam até certo ponto uma vida dupla, visto que qualquer abstenção deliberada da observância da fé católica chamaria a atenção e seria punida, mesmo antes do estabelecimento da Inquisição.

De 1480 a 1492

Nesse período a comunidade judaica ainda existia, mas agora havia também a Inquisição, cujo objetivo era desarraigá-la toda prática judaica entre os cristãos-novos. Assim, a interação entre as duas comunidades tornou-se perigosa, mas os recursos para o aprendizado e a compreensão ainda estavam ali. O guardar segredo tornou-se essencial e a comunidade cripto-judaica tinha de enfrentar novas questões, como por exemplo, a educação de seus filhos (ver abaixo). A maioria das novas questões era referente a quais costumes judaicos poderiam continuar praticando em segredo e quais seriam perigosos demais para praticá-los.

Da expulsão em 1492 até a extinção da Inquisição

Com a expulsão da comunidade judaica da Espanha, a situação dos “conversos” modificou-se drasticamente. Primeiro, seu número aumentou com muitos judeus recentemente batizados e com motivos suficientes para continuar praticando o judaísmo, visto que escolheram a conversão em lugar do exílio. Segundo, todos os

recursos judaicos, em termos de literatura e experiência rabínica, haviam desaparecido. Era muito perigoso reter quaisquer livros de orações judaicas ou cópias da Mishná ou do Talmude. Em terceiro lugar, o fenômeno cripto-judaico se desenvolvia em Portugal de forma marcante, espalhando-se para as colônias espanholas e portuguesas, especialmente para as da América Latina. Nunca houve uma presença lícita de judeus nas colônias e, portanto, desde o início o judaizar era proibido e perseguido pela Inquisição e seus subordinados.

Com o passar da geração pré-expulsão, os judaizantes tinham muito mais dificuldade em reter as crenças e rituais judaicos. Seus recursos estavam então reduzidos a quatro: (1) O Antigo Testamento em latim, usado pela Igreja Católica, que incluía os livros conhecidos como apócrifos; (2) a longa lista das práticas judaicas consideradas incriminatórias, publicada pela Inquisição em seu “Édito da Graça”; (3) informações trazidas pelos viajantes “conversos” de lugares onde o judaísmo podia ser praticado livremente (muitos mercadores e homens de negócio vinham ao México de lugares da Europa não-ibérica); e (4) memórias transmitidas oralmente de geração em geração. As autoridades católicas suspeitavam das traduções vernáculas da Bíblia, até mesmo aquelas feitas por católicos. Em consequência, o único texto bíblico considerado lícito era a Vulgata Latina. Especialmente nas pregações imediatas após a expulsão, o nível de educação e habilidade linguística da comunidade judaica era elevado, e cada cidade tinha conversos” letrados, que podiam traduzir a Vulgata para o espanhol imediatamente.

Nessa situação funcionavam dois processos. Em primeiro lugar, houve uma diminuição do contato com a tradição judaica. As memórias ficaram distorcidas e, assim, as práticas cripto-judaicas começaram a adquirir traços próprios. Como veremos, alguns desenvolvimentos representaram uma fusão de elementos católicos

e judaicos. Em segundo lugar, o perigo de ser detectado levou a um aumento do enfoque cripto-judaico nas formas de abstinência (jejum, não comer carne de porco, não fazer coisas católicas) em vez da observância ativa, que seria muito mais difícil de esconder. A dissimulação tornou-se um modo de vida.

A transmissão da herança judaica para a próxima geração foi sempre uma grande preocupação para os cripto-judeus, bem como no judaísmo em geral: *“Estas palavras que hoje te ordeno estarão no teu coração; e as ensinarás a teus filhos”* (Deuteronômio 6:6-7).

Esta preocupação era carregada principalmente pelas mães e avós, nos casos de casamentos mistos”, envolvendo cristãos-novos e velhos. Gitlitz expressa bem o dilema enfrentado pelos pais e parentes em relação a quando contar aos seus filhos sobre a herança secreta da família: “Se o assunto fosse mencionado muito cedo, antes que a criança tivesse idade suficiente para ser discreta, o judaísmo encoberto da família poderia ser revelado à vizinhança. Se o assunto fosse deixado de lado, até que a educação cristã da criança estivesse bem firmada, então a própria criança poderia denunciar a família.”¹

Ser obrigado a professar a fé católica publicamente, assistir à missa e escutar sermões católicos, significava que somente a oposição mais determinada a tudo que fosse católico poderia eliminar toda influência cristã. À parte dos “conversos que escolheram a assimilação, fosse ou não por convicção religiosa pessoal, havia muitos que estavam simplesmente confusos. Alguns sentiam-se divididos em seu interior e dilacerados entre obrigações conflitantes.

¹ Gitlitz, p. 222.

Práticas Cripto-Judaicas

Visto que os judeus espanhóis da pré-expulsão tinham uma forte rede de sociedades e organizações judaicas, era natural que os cripto-judeus se organizassem em meio a sua nova situação de isolamento e suspeita. Na primeira metade do século após a expulsão, a maioria dos lugares com certo número de famílias “converso” tinha “sinagogas” estabelecidas dentro das casas dos mais dedicados e dos mais ricos. Geralmente, um cômodo no andar superior ou no interior da casa era separado para funções religiosas, mas sem a decoração geralmente encontrada numa sinagoga.

Para os cripto-judeus, as observâncias mais importantes eram: o Shabat, Yom Kipur e o Pêssach, a Páscoa Judaica, geralmente nesta ordem. Este padrão refletia não só a importância dessas celebrações na vida judaica, mas também o seu significado para os cripto-judeus em meio a sua aflição e perigo, bem como o lugar que ocupava o lar na sua observância. A casa era o lugar menos perigoso para as práticas do judaísmo, embora os cripto-judeus mais ricos tivessem, muitas vezes, empregados que não eram judeus, de cujos olhos era conveniente esconder tudo quanto fosse judeu.

No centro das observâncias cripto-judaicas estava o Shabat. Os padrões da observância do Shabat apresentaram as menores variações em relação às outras práticas judaicas, através da longa história de opressão nos territórios espanhóis e portugueses. Conforme acontece nos lares de judeus ortodoxos atualmente, a família preparava-se na sexta-feira para dar as boas-vindas ao Shabat, como se fosse a chegada de uma noiva. A casa era varrida e limpa, a roupa de cama e mesa era trocada por peças limpas, faziam-se as últimas compras, preparava-se o alimento para o Shabat, os membros da família se banhavam e vestiam roupas limpas – geralmente as melhores – prontos para o começo do Shabat na

tarde de sexta-feira, após o pôr do sol. Todas essas práticas foram mencionadas pela Inquisição como sinais de judaísmo, nos Éditos da Graça. Muitos judaizantes também jejuavam na sexta-feira, em preparação para o Shabat, prática que era comum na América Latina.

O ápice do Shabat eram as boas-vindas para o mesmo na sexta-feira à noite, quando a família se reunia ao redor da mesa, muitas vezes com amigos e as luzes do Shabat eram acendidas. O acendimento secreto das velas do Shabat era um sinal distintivo da observância cripto-judaica. Algumas vezes, para reduzir o perigo da detecção, as velas eram acesas num quarto ou colocadas embaixo da mesa, pois tinham de arder até se extinguirem. Com frequência, a janela do cômodo, onde estavam as velas acesas, era coberta com um pano escuro.

A Páscoa Judaica (o Pêssach), também era uma celebração importante para os cripto-judeus, mais do que a Festa dos Tabernáculos (Sucôt) e certamente mais do que a Festa das Semanas (Shavuôt). O Pêssach celebrava o livramento dos israelitas da opressão egípcia e, assim, para os cripto-judeus, ele afirmava a sua identidade com os que haviam escapado do Egito e articulava a esperança do seu próprio livramento. A exigência bíblica de assar e consumir todo o cordeiro era levada a sério pelos cripto-judeus, bem como o assar do pão *matzá* sem fermento. Os arquivos da Inquisição mencionam os esforços realizados a fim de esconder o fato de que eles não comiam pão fermentado por toda uma semana.

Devido aos perigos da prática aberta do judaísmo, os cripto-judeus deram maior importância à observância dos jejuns judaicos. Dois jejuns tornavam-se especialmente importantes: o Yom Kipur e “jejum de Ester”. Não só o jejum era inerentemente mais difícil de ser percebido e provado do que a prática ativa, mas o significado de ambas as observâncias repercutia fortemente entre a perseguida

comunidade dos cripto-judeus. O Yom Kipur era conhecido entre os cripto-judeus por vários nomes, mas mais comumente como “o grande jejum”. Visto que nessa ocasião o povo judeu confessava seu pecado, tanto pessoal como coletivamente diante do Deus Santo, o Yom Kipur repercutia entre os cripto-judeus, que experimentavam uma profunda necessidade de confessar sua duplicidade ao praticar exteriormente uma fé em que eles não criam. Algumas vezes, os cripto-judeus mudavam a data ao guardarem o jejum do Yom Kipur, porque os espiões da Inquisição estavam especialmente vigilantes no dia marcado.

No entanto, a história de Ester era o episódio bíblico com o qual os cripto-judeus, sob o domínio espanhol ou português, se identificavam de maneira especial. Ester vivia uma vida judaica às escondidas no palácio do rei pagão Assuero, numa época em que toda a comunidade judaica estava em perigo pelas maquinções de Hamã. Visto que na prática judaica em geral, o jejum é preliminar à festa do Purim que celebra a derrota de Hamã, os cripto-judeus não tinham ainda a liberdade para comemorá-la e, portanto, para eles o jejum de Ester tornou-se o centro do Purim.

Os cripto-judeus tinham acesso à Bíblia católica, que contém uma versão mais longa do livro de Ester. Nesta versão mais longa, os cripto-judeus encontraram esta oração de Ester, antes que ela arriscasse sua vida, aparecendo diante do rei sem ser chamada: “Lembra-Te, Senhor, faz-Te conhecido neste momento da nossa aflição e dá-me coragem. Ó Rei dos deuses e Senhor de todos os domínios! Põe um discurso eloquente na minha boca diante do leão e dirige seu coração para odiar o homem que está lutando contra nós, para que ele tenha um fim e também aqueles que concordam com ele. Mas salva-nos pela Tua mão e ajuda-me, pois estou sozinha e não tenho quem me ajude, a não ser Tu, ó Senhor. Tu tens conhecimento de todas as coisas e sabes que eu odeio o esplendor

dos perversos e tenho horror à cama dos incircuncisos, ou qualquer estrangeiro. Tu sabes do que eu necessito – que tenho aversão ao sinal da minha orgulhosa posição, que está sobre minha cabeça nesses dias em que apareço em público. Detesto isso, como um trapo sujo de menstruação, e não a uso nos dias em que estou em privacidade. E Tua serva não comeu à mesa de Hamã, e não honrei a festa do rei, nem bebi o vinho das suas libações. Tua serva não tem tido alegria, desde o dia em que fui trazida para cá, até agora, a não ser em Ti, ó Deus de Abraão. Ó Deus, cujo poder está sobre todos, escuta a voz dos desesperados e salva-nos das mãos dos que praticam o mal, e salva-me do meu medo!” (Ester 14.12-19) ². Não é difícil imaginar como esta oração falou aos corações dos cripto-judeus que odiavam o esplendor da Igreja, e cuja necessidade de conformar-se exteriormente era conhecida pelo Senhor, orando para serem libertos do medo da Inquisição e dos seus informantes.

As leis dietéticas da Torá eram observadas mais plenamente nas primeiras gerações depois da expulsão, mas em alguns lugares, continuaram até no século XVII. Na Espanha, alguns círculos de cripto-judeus tinham seus próprios rituais para abater os animais. Mas foi com a proximidade da morte que houve um cuidado especial para observar os ritos judaicos, de modo que os arquivos da Inquisição estão cheios de relatórios referentes ao alimento preparado para os funerais e, especialmente, com as abluções e purificações realizadas após o contato com os mortos.

Hostilidade às Práticas Católicas

Grande parte do comportamento dos cripto-judeus refletia a tensão devido às exigências de terem de praticar não só aquilo em que não acreditavam, mas que também abominavam. Assim, as doutrinas e os símbolos principais do cristianismo católico tornaram-

² Enumeração da RSV (Revised Standard Version).

se abomináveis para os cripto-judeus: principalmente a Trindade, a pessoa de Jesus, o crucifixo, os sacramentos, imagens de Maria e dos santos. Eles muitas vezes demonstravam desdém por essas doutrinas e práticas, rejeitando-as vigorosamente por meio de palavras e ações consideradas blasfêmias pelas autoridades católicas. Foram levados muitos casos diante da Inquisição de cripto-judeus acusados de cuspir quando era mencionado o nome de Jesus, de pisotear um crucifixo, de contestar a concepção virginal e a honra de Maria e de não engolir a hóstia, jogando-a fora depois da missa.

Particularmente, era comum para as famílias dos cripto-judeus, depois do batismo de uma criança na igreja, voltarem para casa e solenemente esfregar no bebê o óleo santo, como um ritual de repúdio contra o rito da Igreja. Muitos “conversos” judaizantes faziam o possível para recusar os últimos ritos da Igreja Católica, quando se aproximavam da morte. Para eles, esta era a sua declaração final a respeito da sua fé judaica e da sua lealdade.

Influencia

Separados do contato com o seu próprio povo e obrigados a conformar-se com as práticas católicas, não é de se surpreender que os pensamentos e o comportamento dos cripto-judeus começassem a ser influenciados pelas ideias cristãs. O exemplo mais óbvio é a forma com que a salvação pessoal tornou-se importante para os cripto-judeus. A salvação era o pensamento central da Inquisição. Apesar de seus métodos serem horríveis e repulsivos, não se pode negar que os processos oficiais da Inquisição eram motivados pela preocupação com a salvação ³. Nessas circunstâncias, os cripto-judeus chegaram a focar a salvação pessoal de maneira estranha à tradição judaica. No entanto, eles

³ Como foi mencionado na Segunda Parte, o funcionamento real da Inquisição trouxe à tona outros motivos, tais como vingança pessoal de certos inimigos, ou o desejo de algumas pessoas no poder, de confiscarem os bens das vítimas.

viam a sua salvação como vinda da Lei de Moisés, e não de Jesus Cristo. No meio do seu sofrimento e, principalmente, enquanto aguardavam seu destino na prisão, os cripto-judeus acreditavam que a sua salvação dependia da sua fidelidade à Lei de Moisés. Muitos jejuavam para serem salvos no Dia do Juízo. Existem até declarações de Marranos que falam de Moisés como seu Salvador, declarações claramente provenientes da forma de pensar, “Moisés, não Jesus”. Da mesma maneira, muitos cripto-judeus começaram a falar do céu e do inferno. Era também comum para eles orar e jejuar por seus parentes e amigos falecidos.

Um Exemplo da Espanha

A família Mora, da área de la Mancha, ao sul de Madri, dá-nos um bom exemplo de uma família Marrana, transmitindo sua secreta herança judaica de geração a geração ⁴. Sabemos mais das suas atitudes devido ao grau incomum de detalhes obtidos pelos inquisidores.

Em 1590, Francisco de la Mora foi queimado na fogueira em Cuenca, por judaizar, junto com sua sobrinha Beatriz. No caminho para sua execução, a multidão jogou paus e pedras contra eles. Francisco foi atingido na cabeça e parte do seu cérebro caiu no colarinho de um espectador, que rasgou a sua roupa manchada pelo cérebro de um judeu. Seu filho foi preso pela Inquisição em Cuenca, em 1622, mas depois de “arrepender-se” pelo seu pecado foi “reconciliado”. Depois de ser solto da prisão, o filho fugiu para a França. O filho deste, por sua vez, conhecido como Antonio Enríquez Gomez, nascido em 1600, tornou-se um negociante bem sucedido e um dramaturgo conhecido, autor de comédias populares apresentadas em Madri. Como seu pai e seu avô, Gomez era um

⁴ A informação sobre a família Mora foi extraída principalmente de Henri Méchoulan, *Les Juifs du Silence au Siècle d'Or Espagnol*.

judaizante por convicção, e introduziu sua esposa, uma “cristã-velha”, nas suas práticas judaicas. Ele foi convocado pela Inquisição em Madri, em 1634, mas somente para servir como testemunha em outro julgamento. Entretanto, ele sentiu o perigo e fugiu para Bordeaux, na França. Em Bordeaux, Gomez uniu-se a um grupo marrano secreto. Apesar disso, foi observado pelos espiões da Inquisição, os quais ele logo começou a denunciar em escritos clandestinos.

Após viver em Rouen, no norte da França, de 1643 a 1650, Gomez decidiu, por razões de negócios, voltar à Espanha. Ele planejou ir direto à presença da Inquisição para confessar sua heresia e ser reconciliado, na esperança de escapar de ser preso e ter os seus bens confiscados. Entretanto, seu cunhado, que era padre da Igreja Católica e funcionário da Inquisição, colocando a lealdade familiar acima do dever para com a Igreja, dissuadiu-o, argumentando que o processo contra ele continha demasiados detalhes, de forma que o seu plano não teria sucesso. Gomez então viveu em Sevilha durante dez anos sem ser descoberto, usando o sobrenome da amante. Durante essa época, ele foi condenado pela Inquisição de Toledo “in absentia”, baseado nas evidências enviadas pelos espiões de Bordeaux, e foi queimado simbolicamente em 1651, junto com uma figura do seu pai, que já estava morto. Foram expedidos novos mandados de prisão contra ele em 1652, 1653 e 1658. Em 1660, durante um espetacular Auto de Fé em Sevilha, Gomez teve a experiência incomum de ver a si mesmo sendo queimado simbolicamente pela segunda vez. Mas não demorou muito até que comparações feitas entre as suas comédias sob seu antigo nome e as escritas sob seu novo nome, levassem à sua prisão. Gomez decidiu confessar sua heresia e buscar a reconciliação. Mas, antes que fosse dada a sua sentença, ele ficou gravemente enfermo e foi reconciliado na sua cela, antes de morrer em maio de 1663. Devido à meticulosidade da Inquisição, Gomez foi reconciliado “simbolicamente” em um Auto

de Fé, em 1665. No mesmo ano em que Gomez morreu, seu primo, Francisco Luis Enríquez de Mora foi preso pela Inquisição de Lima, no Peru, em 1663, onde aparecem referências a Gomez e às suas práticas judaicas nos arquivos deste julgamento.

O estilo de vida da família Mora estava centrado na observância semanal do Shabat, sempre guardado com lençóis limpos e suas melhores roupas. Francisco de la Mora relata como foi ensinado a usar o “talit” (xale que os judeus usam durante suas orações) quando orava. Os arquivos não dizem como eles observavam o Sêder de Pêssach ou o Shabat. Guardavam as três antigas festas: A Páscoa Judaica, a Festa das Semanas e a Festa dos Tabernáculos, mas não o Rosh Hashaná, Simchat Torá ou o Chanucá. Os jejuns desempenhavam um papel importante na sua vida, dando-se grande importância ao Yom Kipur e os dez dias de arrependimento que o antecedem. Eles observavam o jejum de Ester logo antes do Purim, mas o jejum era mais importante do que a festa. Eles não guardavam os jejuns judaicos associados à destruição do Templo (Tishá be Áv).

Um Exemplo do Mexico

Na Cidade do México, em meados do século XVII, havia dois importantes círculos de cripto-judeus. O grupo maior reunia-se em torno de Simon Vaez Sevilha e a sua sogra, Blanca Enríquez. O segundo grupo reunia-se em redor da figura matriarcal de Leonor Nunez. Um breve relato das suas conexões familiares, das quais existem relatos substanciais, nos dará melhor percepção do estilo de vida dos Marranos ⁵.

Leonor Nunez nasceu em torno de 1585, em Madri, cujos pais eram de origem portuguesa. Seu pai era um “cristão-velho” e a

⁵ A informação sobre Leonor Nunez e sua família foi extraída principalmente de Nathan Wachtel, *La Foi du Souvenir: Labyrinthes Marranes*.

sua mãe, cristã-nova. Sua mãe foi aprisionada pela Inquisição de Toledo em 1634, e queimada em efígie (queima de um boneco simbolizando o corpo do condenado quando o mesmo morria antes, não suportando às torturas) num Auto de Fé no México, em 1635. Leonor casou-se três vezes e ficou viúva duas vezes: primeiramente com a dispensação da Igreja, com um primo que também fazia parte dos “conversos”; depois, casou com Pedro Lopez, o viúvo da irmã do seu primeiro marido e, finalmente, próximo a 1630, no México, com outro Marrano. Leonor teve dois filhos com cada um dos seus primeiros maridos: primeiro, duas filhas, Ana Gomez e Isabel Nunez; depois, uma filha e um filho, Maria Gomez e Francisco Lopez Blandon. Não apenas Leonor, mas todos os seus filhos tornaram-se vítimas da Inquisição.

Quando chegaram as notícias, em torno de 1603, que vários membros da família do seu primeiro marido haviam sido presos pela Inquisição, Leonor e vários outros parentes fugiram para o sudoeste da França. O seu primeiro marido viajava frequentemente para a Espanha a negócios, e morreu lá em 1609. Dois homens a visitaram na França, retornando de uma viagem de negócios no México: um deles era o irmão mais velho de Leonor e o outro seu futuro marido. Em 1613, Leonor fazia parte de um grupo de famílias de cripto-judeus que foram para o México. O grupo incluía o seu segundo marido, as duas filhas do primeiro casamento, sua mãe, um outro irmão e um irmão mais novo do seu primeiro marido. Os dois filhos que Leonor teve com Pedro Lopez nasceram no México.

Surgiu uma crise nos negócios de Pedro Lopez em torno de 1619, quando ele não conseguiu pagar suas dívidas, pois uma carga que ele havia consignado para a Espanha foi confiscada pela Inquisição, quando o seu sócio em Sevilha foi preso por judaizar. Apesar do risco como anterior prisioneiro da Inquisição, de apresentar-se diante do tribunal para solicitar a devolução da sua

carga, Lopez viajou para Sevilha e teve êxito em sua demanda. Na Espanha, Lopez encontrou Francisco Botelho, um sobrinho do primeiro marido de Leonor e, em 1620, trouxe Botelho e seu pai de volta para o México. Francisco Botelho seria mais tarde um dos mais renomados mártires entre os Marranos, sendo queimado vivo por sua total recusa de renunciar ao judaísmo.

Na década de 1620, Leonor Nunez nunca permanecia por muito tempo numa só cidade. Primeiro, ela acompanhou seu marido quando ele mudou-se por questões de negócios e, após sua morte, em 1625, viveu com os seus genros e filhas, antes de retornar definitivamente para a Cidade do México, em 1630, onde casou-se com o seu terceiro marido.⁶ A partir dessa época, ela e o seu genro, Tomás Trevino de Sobremonte (1592-1649), foram as figuras-chave à frente do grupo dos Marranos. Ele tinha se casado com Maria Gomez, a filha do segundo casamento de Leonor, quando ela tinha apenas treze anos. Tomás Trevino de Sobremonte havia estado nas mãos da Inquisição em 1624-1625, quando foi preso, julgado e “reconciliado”.

Os arquivos da Inquisição na Cidade do México testificam a respeito da enorme influência de Leonor Nunez. Acima de tudo, ela ensinou as práticas judaicas que conhecia aos seus familiares mais chegados e ensinou-lhes orações judaicas e posturas para orar. Ela era conhecida por ter sonhos e revelações, bem como por seus jejuns frequentes.⁷ A sua família a considerava um anjo sobre a terra, uma mística santa em comunhão com Deus. Ela era diligente para assegurar funerais judaicos e rituais de enterro para os mortos. A importância das mulheres na vida cripto-judaica refletia a importância do lar como centro da prática judaica, pois os homens com frequência estavam ausentes por questões de negócios.

⁶ Pedro Lopez foi queimado simbolicamente em 1635, dez anos após a sua morte.

⁷ Havia acusações de fortes elementos eróticos presentes durante os jejuns comunitários contra os quais Leonor não se opunha.

Leonor Nunez foi primeiramente aprisionada pela Inquisição em 1634, junto com a maior parte da família, com exceção de duas filhas que confessaram voluntariamente serem judaizantes. Entre as acusações contra Leonor, estava uma denúncia da Inquisição de Lima, em 1623, feita por um cripto-judeu a quem ela havia dado refúgio no México dois anos antes, o qual testemunhou ter estado presente numa celebração em família de Yom Kipur. Durante o processo e o julgamento, eles tentaram parecer humildes e arrependidos. Foram então “reconciliados” em 1635, sendo Leonor sentenciada a um curto período de prisão.

Uma nova e mais severa onda de repressão começou em 1642, mas foi apenas em outubro de 1644 que Leonor Nunez, Tomás Trevino de Sobremonte e outros da família foram novamente presos e lançados na prisão. No mês seguinte, Leonor adoeceu gravemente. Na prisão eram usados espiões e detetives para gravar as conversas dos prisioneiros. O nome de Leonor era frequentemente mencionado pelos outros, mas há poucos registros do seu próprio sofrimento. Depois de quatro anos e meio na prisão, Leonor e mais 12 pessoas foram sentenciadas a morrer na fogueira. Entre aqueles que morreram com ela, estavam suas filhas Ana e Maria ⁸, seu filho e seu genro, Tomás Trevino de Sobremonte. Este último foi queimado vivo, após confessar que era judeu e que desejava viver e morrer seguindo a lei de Moisés. Quando foram lidas as sentenças, os arquivos falam de *una viejezuela* (uma velhinha) entre os condenados – obviamente Leonor Nunez – acerca de quem seu genro orou “Lembra-Te da mãe dos Macabeus”.

As Consequencias

Embora tenham passado mais de dois séculos desde as últimas prisões e julgamentos dos cripto-judeus, há muitas evidências que

⁸ A terceira filha de Leonor, Isabel, já havia morrido e foi queimada simbolicamente no mesmo dia.

indicam que o “Marranismo” não terminou com a extinção da Inquisição. Os padrões de segredo, dissimulação e “dupla fidelidade” haviam-se enraizado tanto psicológico e na vida dos Marranos que muitos padrões continuaram entre seus descendentes, mesmo nos dias atuais. Já houve menção de comunidades cripto-judaicas em alguns vilarejos nas regiões montanhosas no norte de Portugal. Um remanescente dos Xuetas, “conversos da ilha de Malorca, têm sobrevivido na cidade de Palma.

Na América Latina e entre os hispano-americanos do sudoeste dos Estados Unidos, os subsequentes efeitos da herança dos Marranos são mais evidentes. Ainda existem “colônias inteiras de famílias Marranas” no norte do Novo México.⁹ Jacobs, que estudou padrões de adaptação entre os hispanos com ancestrais Marranos, cita o clamor de uma mulher acerca do Novo México: “Ó terra de feitiços! Durante tantos anos fechaste teus olhos. Quando deixarás ir o meu povo? Já não fizeste o suficiente com tuas feitiçarias e superstições? Começamos com os nossos sobrenomes que parecem ser todos sefarditas. Por que guardaste este segredo diante dos nossos filhos? De que outra maneira poderemos saber quem somos ou para onde vamos, se não sabemos realmente quem somos? (...) Ó terra de feitiços, tiveste quinhentos anos para nos tirar nossa religião, nossa língua e nossa herança. Devo dizer que quase tiveste êxito.”¹⁰

Na América Latina, um certo número de pessoas, atraídas às congregações judaico-messiânicas, estão descobrindo sua ancestralidade judaica. O movimento judaico-messiânico pode ter um atrativo óbvio para aqueles que creem em Jesus Cristo, mas também valoriza a herança judaica. Em Belo Horizonte, no Brasil, o líder da Comunidade Judaico-Messiânica, Marcelo Miranda

⁹ Gitlitz, p. 518.

¹⁰ Janet Liebman Jacobs, *Hidden Heritage: The Legacy of the Crypto-Jews*, p. 150.

Guimarães, fundou a ABRADJIN - Associação Brasileira para Descendentes de Judeus da Inquisição (www.abradjin.org.br). O próprio Guimarães lembra-se dos padrões de sobrevivência da sua própria família, que incluíam:

1. Casamento entre parentes da mesma linhagem de sangue. Os pais incentivavam seus filhos a se casarem com seus próprios parentes. Marcelo, por exemplo, é a sexta geração da mesma linhagem com casamentos entre primos de primeiro grau.
2. Seguir o calendário judaico baseado nas fases da lua (Salmo 104.19), relacionando-as com o ciclo agrícola.
3. Deixar um pouco de grãos na hora da colheita para os pobres, uma recomendação da Torá seguida pelos cripto-judeus (Lv 23:22).
4. Nas portas, onde deveria haver uma mezuzá, eles colocavam uma cruz, a fim de que quando as pessoas passassem, pudessem ver que ali moravam “cristãos”.
5. Educar seus filhos em escolas católicas ou protestantes, visando não levantar suspeitas.
6. Todos se diziam católicos, mas não assistiam à missa nem participavam de quaisquer outras cerimônias ou atividades católicas.
7. Visto que não podiam guardar o Shabat publicamente, acendiam as velas nas sextas-feiras, como se fossem para

os santos católicos. Também tomavam banho aos sábados e vestiam roupas novas apenas neste dia.

8. Guardavam o luto (a Shiva judaica) durante sete dias. Mantinham também o luto por um ano, usando roupas pretas.
9. Para disfarçar seu judaísmo, penduravam linguiças de porco nas janelas que davam para a rua. Não as comiam, mas sua intenção era demonstrar que naquela casa moravam “cristãos”.
10. Matavam os animais para seu consumo mas jamais engeriam o sangue, enterrando-o de acordo com os princípios da Torá.¹¹

A história dos cripto-judeus da Espanha, de Portugal e da América Latina não é simplesmente um capítulo da história que passou há muito tempo e já foi quase esquecido. As consequências dessa trágica história ainda permanecem na vida dos seus descendentes, muitos dos quais estão confusos sobre a sua verdadeira identidade e ainda sofrem os efeitos da rejeição e da marginalização.

¹¹ Marcelo Miranda Guimarães: *Há Restauração para os Descendentes de Judeus da Inquisição?* p. 104

Quarta Parte

Questões Referentes ao 2º Concílio de Jerusalém

Por que a questão dos Marranos é importante para a iniciativa do 2º Concílio de Jerusalém (TJCII - Toward Jerusalem Council II)? Talvez pois o marranismo ajude a contrastar o que algumas pessoas chamam de as duas “grandes feridas” do povo judeu: O Holocausto e a Inquisição (os Marranos).

O Holocausto foi a obra de um regime de ódio aos judeus, que procurou exterminar todo o povo judeu que estivesse sob seu poder. A Igreja Cristã carrega a pesada responsabilidade por ter tornado possível uma situação histórica na qual pôde desenvolver-se um ódio patológico pelo povo judeu, bem como pela fraqueza da sua resposta a uma tão terrível atrocidade. Em contraste, a Inquisição (opressão dos Marranos) foi uma política escolhida pela Igreja.

A eliminação de toda prática judaica entre os Marranos foi obra da Igreja Católica, em aliança com os reinados da Espanha e de Portugal, cujo poder se estendia às suas novas colônias recém-estabelecidas, mais extensivamente na América Latina. Visto que todo o sofrimento dos judeus nas mãos da Igreja e dos católicos deve ser abordado para a cura do relacionamento entre a Igreja Católica e o povo judeu em geral, o padrão da opressão dos Marranos afeta diretamente a visão do TJCII, uma vez que a atitude católica contra os Marranos foi a tentativa mais sistemática e desumana na história do cristianismo, desde a época de Marciano no segundo século, para atentar remover tudo o que era explicitamente judaico na vida da Igreja.

A visão do TJCII declara o direito e a necessidade de ambos os testemunhos, tanto judaico como gentílico, diante de Jesus Cristo. Sua visão de reconciliação entre judeus e cristãos gentios em Jesus, tanto pessoal como coletivamente, depende do repúdio à teologia da “substituição”. Esta doutrina cristã, divulgada por tanto tempo, afirma

que Deus rejeitou o povo judeu e que a Igreja tomou o lugar dos judeus como povo escolhido de Deus. Uma consequência concreta deste ensinamento foi a pressuposição, tanto por parte da Igreja como pela Sinagoga, de que era impossível alguém ser judeu e, ao mesmo tempo, crer em Jesus Cristo. O esforço determinado para eliminar toda ideia judaizante” foi baseado nesta convicção.

Uma consequência desastrosa da teologia da substituição, que vigora desde o século IV, foi a exigência de que os judeus convertidos ao cristianismo renunciassem à sua identidade judaica. A experiência dos Marranos representa o único momento na história da Igreja Católica em que um grande número de judeus foi batizado e transformado oficialmente em membros desta Igreja.¹ Este período representa o maior testemunho contraproducente na história da Igreja em relação à visão neotestamentária do “novo homem” em Cristo, a qual o TJCII está reivindicando (ver Efésios 2:15).

A história dos “conversos” toca diretamente o assunto de um relacionamento correto entre os judeus e os gentios (não judeus) dentro da Igreja. Como foi demonstrado nas partes anteriores deste livreto, essa história é complexa, sendo difícil fazer generalizações que se apliquem à história inteira de todas as nações afetadas. O aspecto mais complicado refere-se às crenças verdadeiras dos judeus batizados. É impossível agora determinar todos os padrões de crenças com precisão. Mas é possível oferecer uma classificação dos diferentes padrões de comportamento encontrados nos “conversos”. Parece que pelo menos quatro categorias diferentes podem ser identificadas:² (a) aqueles judeus batizados que de maneira alguma aceitaram a fé católica e que, em casa, repudiavam o que haviam

¹ Este foi o primeiro caso na Espanha, entre 1391 e 1420, e novamente em 1492, repetindo-se em Portugal, em 1497.

² Gitlitz tem sua própria classificação: “Muitos cristãos recém-batizados continuaram judaizando e identificando-se como judeus. Alguns praticavam ambas as religiões numa mistura instável. Alguns não criam em nenhuma. Alguns tentaram assimilar-se o máximo possível aos costumes cristãos.” (p.563)

professado exteriormente, buscando manter e praticar em segredo sua identidade judaica; (b) aqueles judeus batizados que não acreditavam na fé católica que professavam publicamente, mas que também não faziam qualquer esforço para continuar regularmente com as práticas judaicas; (c) judeus batizados que praticavam a fé católica, mas em sua mente estavam confusos a respeito do que realmente criam; (d) aqueles judeus que foram batizados e aceitaram a fé católica da mesma maneira como os “cristãos-velhos” haviam aceitado a sua fé.³

A primeira e a última categorias são as mais significativas em relação à visão do TCJII. A maioria das vítimas da Inquisição pertencia à primeira categoria. Aqueles que continuaram praticando regularmente o judaísmo em segredo tenderam sempre a figurar com destaque entre os acusados e aqueles considerados culpados pela Inquisição, visto que ela foi estabelecida para detectar e eliminar tais práticas. Mas havia também vítimas entre as outras categorias, pois as denúncias eram anônimas e isso encorajava a suposição de culpa bem como as acusações falsas originadas por inimizade pessoal. “Conversos” que eram cristãos católicos (categoria d) também sofreram nas mãos da Inquisição. Por exemplo, Francisco de Victoria, o primeiro bispo de Tucuman, na Argentina e, mais tarde, arcebispo do México, foi acusado de corrupção e de judaizar, e eventualmente chamado de volta a Madri, onde foi morto. Victoria foi absolvido das duas acusações depois da sua morte. Um padre, descendente de “conversos”, Luis de León, escreveu uma famosa obra devocional, *Os Nomes de Cristo*, durante os quatro anos em que esteve detido na prisão da Inquisição, em Valadolid.

³ Não é profícuo tentar explicar as práticas católica daquela época utilizando-se de ideias de conversão pessoal provenientes de períodos e culturas diferentes (p.ex.: aplicar os conceitos de cristãos evangélicos sobre conversão aos judeus batizados da época, a fim de determinar quem realmente acreditava em Cristo, e quem não cria).

Uma vez que a visão do TJCII é a reconciliação dos judeus e gentios que creem em Cristo, os pecados do passado pelos quais o TJCII se preocupa são aqueles contra a unidade dos judeus e gentios em um só corpo. Esses males permanecerão como os maiores obstáculos para a reconciliação entre judeus e gentios a menos que não sejam claramente reconhecidos e confessados publicamente. Vejamos as principais categorias que, de distintas maneiras, constituem as maiores pedras de tropeço: (1) Os judeus batizados que de maneira alguma aceitaram interiormente a fé cristã e continuaram praticando o judaísmo, e (2) os judeus batizados que creram em Jesus Cristo, mas que foram proibidos de praticar qualquer atividade judaica.

1. Os judeus batizados que de maneira alguma aceitaram interiormente a fé cristã e continuaram praticando o judaísmo

De que maneira a opressão da Inquisição contra os cripto-judeus se difere dos outros maus tratos que os judeus sofreram nas mãos dos cristãos e da Igreja ao longo da história? Primeiro, a aceitação da Igreja de que o batismo dos judeus, mesmo sob severa pressão social e ameaças de violência, era considerado válido, fazia desses “conversos” membros católicos da Igreja, sujeitos à disciplina da mesma.⁴ Por essa razão, judaizar”, ou seja, a continuidade de qualquer prática judaica por uma pessoa batizada, era considerado heresia, constituindo uma ofensa capital. Em segundo lugar, os esforços da Inquisição eram direcionados à salvação das almas dos acusados, os quais ela achava estarem em perigo por causa da

⁴ A regra canônica naquele tempo era que os batismos somente eram inválidos se candidatos adultos fossem forçados a ir à pia batismal, contra a sua vontade. Se um judeu fosse à pia batismal e aceitasse o batismo, sem protestar, então o batismo era válido. Em outras palavras, naquela época havia pouca compreensão sobre o quanto a pressão psicológica diminui a liberdade pessoal.

“heresias dos judeus”. Portanto, o objetivo principal era obter uma confissão do “pecado” de judaizar. Assim, aceitava-se que qualquer grau de força e ameaça deveria ser usado no processo que levava ao batismo; usava-se a pressão e a tortura para conseguir que estes judeus “convertidos” professassem novamente a fé na qual eles jamais realmente haviam crido. Este nível de opressão, que durou cerca de trezentos anos, não tem paralelo na história da comunidade judaica em geral ⁵. O sistema de denúncia anônima e o encorajamento da espionagem, tiveram efeitos devastadores na vida familiar, a qual, quaisquer que tenham sido os seus sofrimentos, também não tem paralelo preciso na experiência geral da comunidade judaica.

Muitos Marranos que fugiram para lugares com mais segurança, como por exemplo, Amsterdã ou Salônica (dois dos principais destinos), imediatamente afirmavam seu compromisso total com a religião judaica e estabeleciam sinagogas sefarditas nos seus lugares de exílio. Entretanto, a experiência de sofrimento durante os anos de catolicismo forçado marcou suas atitudes e práticas religiosas. As orações que se levantavam em meio a sua experiência na Espanha e Portugal encontraram seu lugar na liturgia das sinagogas sefarditas. Um segundo símbolo cristão, o batismo, tornou-se um mau cheiro nas narinas judaicas, assim como havia acontecido anteriormente com o símbolo da cruz durante as Cruzadas.

Qualquer confissão das maldades do passado deve levar em consideração as diferenças entre o comportamento dos católicos, tanto individual quanto coletivo, e as decisões e atividades das autoridades da Igreja. Primeiro, seja qual for a responsabilidade das autoridades da Igreja a respeito do batismo de judeus sob coerção e ameaças (mesmo que alguns líderes tenham protestado contra tais

⁵ Talvez o paralelo mais próximo seja o tratamento dado aos “Beit Abraham” (pessoas batizadas, de origem judaica) dentro da Igreja Etíope Ortodoxa.

batismos) a subsequente insistência na validade dos mesmos foi uma decisão da Igreja, pela qual suas autoridades carregam a responsabilidade. Os procedimentos para lidar com as supostas heresias e o sentenciamento dos que foram considerados culpados foram igualmente responsabilidade da Igreja. Isto também é demonstrado pela terminologia de “relaxamento: os que eram condenados e sentenciados à morte eram “relaxados”, ou seja, levados pela Inquisição às autoridades seculares para que estas realizassem a execução. Porém, a execução acontecia associada a uma cerimônia religiosa, o Auto de Fé.

Tal confissão da parte da Igreja é importante, tanto para os descendentes de Marranos como para o relacionamento entre a Igreja e o povo judeu em geral. Isto ajudaria a remover grandes obstáculos para que o povo judeu fosse capaz de reconhecer a face do seu Messias na Igreja.

2. Os judeus batizados que se tornaram católicos mas que creram em Jesus Cristo, sendo, no entanto, forçados a repudiar sua identidade judaica e a separa-se do seu próprio povo e herança judaica.

O enfoque da literatura marranista naturalmente têm sido sobre aqueles judeus que foram batizados e que, sob o reinado espanhol e português, foram obrigados a professar a fé católica na qual não acreditavam. Entretanto, não se deu muita atenção aos “conversos” que chegaram até certo nível na fé cristã mas foram forçados a renunciar sua identidade e herança judaicas. Este grupo ilustra outros obstáculos que a história dos Marranos apresenta no caminho da reconciliação em Cristo entre judeus e gentios.

Em primeiro lugar, os “conversos” tinham de negar o seu judaísmo ao ser derramada sobre eles a água batismal. Aqui encontramos de forma mais dramática e problemática o dilema de

todos os judeus convertidos ao cristianismo através dos séculos, pois eram forçados a escolher entre Cristo ou seu judaísmo: ou aceitar a Cristo, renunciando a tudo que fosse judeu e ser batizado, ou permanecer judeu e enfrentar as consequências. Muitos judeus que genuinamente aceitaram a fé em Cristo, estavam literalmente divididos entre o amor pelo seu povo e a fé no seu Messias. Mas sob a ameaça da Inquisição, tais convertidos viviam sob um regime de suspeitas, no qual o menor sinal de judaísmo podia levar não só à excomunhão, mas também à prisão, à tortura e à morte. Presumia-se que toda continuidade da prática judaica, por menor que fosse, comprovava que o convertido não cria em Cristo. Hoje podemos compreender que tal atitude era psicologicamente ingênua. O abandono da ideia de que alguém não pode ser judeu e crer em Jesus ao mesmo tempo, alerta-nos sobre a possibilidade de que alguns “conversos”, que realmente criam em Cristo, desejassem de certa forma incipiente reter uma identidade judaica dentro da sua fidelidade católica.

Em segundo lugar, embora os “conversos” fossem oficialmente católicos e não mais judeus, eles raramente eram aceitos como iguais aos “cristãos-velhos”. Paradoxalmente, a distinção entre membros judeus e gentios da Igreja, feita no Novo Testamento, foi mantida, mas em vez de ser baseada no respeito mútuo e na complementação, houve desdém dos “cristãos-velhos” (gentios) para com os “cristãos-novos” (ainda vistos sociologicamente como judeus). Esses dois aspectos são ilustrados na história dos judeus convertidos de Malorca na Espanha, conhecidos como Xuetas, que séculos depois do desaparecimento da Inquisição ainda retinham uma identidade distinta mas não honrosa, dentro da igreja católica de Malorca.

Dos dois aspectos do problema, o primeiro veio da decisão da Igreja, que proibia toda prática judaica dos convertidos, ao passo que o segundo surgiu mais pelo preconceito da população. Assim, o

primeiro é mais diretamente responsabilidade da Igreja do que o segundo.

Em resumo, podemos ver que essas distorções e perversões no relacionamento entre os judeus e gentios que creem no Messias (Cristo) formam uma espécie de “caricatura” da visão do Novo Testamento do “um novo homem”: judeus e gentios tornando-se um no Corpo de Cristo. Tal fato constitui uma barreira muito forte para a reconciliação entre judeus e gentios no Messias Jesus, fazendo com que a liderança do TJCII se comprometesse a promover uma confissão cristã e o arrependimento por tais males. Entretanto, nossa confiança está no Salvador do mundo, o Messias de Israel, que derramou o seu sangue na cruz para tornar possível esta reconciliação.

Epílogo

A história dos cripto-judeus da Espanha, de Portugal e da América Latina é uma das mais longas e tristes dos períodos trágicos que durante séculos mancharam o relacionamento entre a Igreja e o povo judeu. Visto que se trata de uma história de arrogância e de acusação, o caminho da reconciliação deve ser de humildade e de recusa a julgar. Pelo fato de ser uma história de coerção e violência, o caminho para a cura deve respeitar a liberdade de consciência e renunciar qualquer violência, seja verbal ou física. Visto que é uma história de duro julgamento, o caminho para qualquer avanço deve ser de misericórdia e perdão. Mas o perdão requer que a lista completa de pecados e maldade seja realmente confessada e reconhecida.

Esta história apresenta o maior de todos os desafios para a Igreja Católica. Apesar de uma abordagem total e honesta desta história ser sempre difícil para a Igreja, a situação foi transformada pela atitude corajosa do Papa João Paulo II ao chamar “os filhos e as filhas da Igreja” para confessarem os pecados do passado.¹ Como parte da preparação da Igreja para a celebração do ano 2000, ele escreveu que a Igreja Católica “não pode atravessar o patamar do novo milênio sem encorajar os seus filhos para se purificarem por meio do arrependimento dos erros passados, de momentos de infidelidade, de incongruência e de lentidão para agir.”² O Papa especificou duas categorias de maldades do passado que principalmente necessitavam ser confessadas: pecados contra a unidade e pecados de violência cometidos em nome da verdade. A segunda categoria encaixa-se precisamente na história da Inquisição na Espanha, em Portugal e nas colônias espanholas.

¹ Na carta *“Tertio Millennio Adveniente”* (1994) parágrafos.33-36

² *Ibid.*, parágrafo 33.

Em resposta ao chamado do Papa, dois simpósios de eruditos, com representantes de todas as crenças, aconteceram no Vaticano: o primeiro, para examinar a história do tratamento dispensado ao povo judeu através dos séculos, e o segundo para estudar particularmente a Inquisição. Houve também uma reunião em Lisboa, em setembro de 2000, na qual o líder da Igreja Católica em Portugal, O Cardeal José Policarpo, pediu perdão pelos pecados contra as comunidades judaicas e muçulmanas, na presença do rabino-chefe e do grande mufti da nação. No entanto, até agora as confissões católicas têm permanecido num nível geral. Elas ainda não abordaram diretamente os diferentes níveis de responsabilidade católica por esta opressão contra o povo judeu: a responsabilidade das autoridades da Igreja em geral; a responsabilidade dos reis e governantes; a responsabilidade daqueles que trabalharam para a Inquisição; a responsabilidade dos pregadores; a responsabilidade do povo católico em geral.

Todos os cristãos reconhecem que qualquer confissão autêntica deve se preocupar com as formas de restituição, se são possíveis e apropriadas. Como foi indicado, a questão dos Marranos não se refere apenas ao passado. Há milhares de pessoas que são descendentes de Marranos, principalmente na América Latina e no sudoeste dos Estados Unidos, que ainda lutam com a sua identidade como resultado dessa história. Visto que o sofrimento dos Marranos resultou de coerção religiosa, um ato genuíno de restituição precisa abordar o “cativo” espiritual a que foram submetidos. Atualmente, a Igreja Católica poderia dizer uma palavra de autoridade para “deixar em liberdade os cativos”, por exemplo, declarando que todos os descendentes daqueles que foram batizados à força estão livres para decidir qual será a sua afiliação e prática religiosa. Dessa forma, os descendentes dos Marranos estariam livres para decidir sobre essa questão. Deveria haver liberdade para os descendentes dos Marranos de reingressarem na comunidade judaica (veja abaixo),

para combinarem sua identidade judaica com sua fé em Jesus Cristo dentro do movimento Judaico-Messiânico ou em qualquer outra forma para seguir suas convicções genuínas. Aqueles que estão convencidos de que devem permanecer na Igreja Católica, precisam saber que isto não é incompatível com a afirmação da sua identidade judaica, que agora é aceita pelos hebreus católicos.

Essa questão também apresenta um desafio aos rabinos e ao povo judeu em geral. O sofrimento dos Marranos também incluiu um sentimento de rejeição por parte da comunidade judaica. Quando as pessoas alegam ascendência judaica e procuram unir-se a uma sinagoga, a atitude rabínica normal é a de requerer evidência documental sobre seus ancestrais. Como os Marranos são incapazes de apresentar tal evidência por causa da opressão sofrida, não são reconhecidos como judeus. Frequentemente lhes é oferecida a opção de conversão, que muitos recusaram por considerá-la desleal à memória dos seus ancestrais que sofreram e morreram por lealdade à sua identidade judaica. A abertura desta história desafia também a comunidade judaica para encontrar maneiras de retificar esta injustiça adicional.

As razões mais profundas para prosseguir nesta questão são expressadas na declaração da visão do TJCII: “O propósito fundamental para unificar o Corpo do Messias e restaurar os fiéis judeus ao seu lugar de direito é apressar a vinda em glória do Senhor Yeschua (Jesus), e o total cumprimento de Sua obra de redenção no Reino de Deus.”

Bibliografia

Barnavi, Elie, *Histoire Universelle des Juifs de la Genèse au XXIe Siècle* (Paris: Hachette Littératures, rev. ed.2002).

Borromeu, Agostino (ed.) *L'Inquisizione: Atti del Simposio Internazionale, Città del Vaticano, 29 - 31 ottobre 1998* (Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 2003)

Gitlitz, David M., *Secrecy and Deceit: The Religion of the Crypto-Jews* (Philadelphia and Jerusalem: The Jewish Publication Society, 1996).

Guimarães, Marcelo Miranda, *Há Restauração para os Descendentes de Judeus da Inquisição?* (AMES, Belo Horizonte, 2005).

Jacobs, Janet Liebman, *Hidden Heritage: The Legacy of the Crypto-Jews* (Berkeley: The University of California Press, 2002).

Kamen, Henry, *The Spanish Inquisition: An Historical Revision* (London: Weidenfeld & Nicolson, 1997; paper: Phoenix Press, 2000).

Méchoulan, Henri (ed.), *Les Juifs d'Espagne: Histoire d'une Diaspora 1492 - 1992* (Paris: Edições Liana Levi, 1992)

Mécholán, Henri, *Les Juifs du Silence au Siècle d'Or Espagnol* (Paris: Edições Albin Michel, 2003).

Melammed, Renée Levine, *Heretics or Daughters of Israel: The Crypto-Jewish Women of Castile* (New York City: Oxford University Press, 1999).

Netanyahu, B. *The Marranos of Spain: From the Late 14th to the Early 16th Century* 3rd edn. rev. (Ithaca and London: Cornell University Press, 1999).

Parkes, James, *The Conflict of the Church and the Synagogue: A Study in the Origins of Antisemitism* (New York: Atheneum, 1969, reimpressão de 1934)

Roth, Cecil, *The Spanish Inquisition* (New York: W. W. Norton, 1964; original 1937)

Shulvass, Moses A., *The History of the Jewish People*, 3 Vol (Chicago: Regnery Books, 1982 - 1985).

Wachtel, Nathan, *La Foi du Souvenir: Labyrinthes Marranes* (Paris: Editions du Seuil, 2001).

Outros livretos do TJCII

No. 1 Rumo ao Segundo Concílio de Jeruslaém (Toward Jerusalem Council II): Visão e História - por Peter Hocken

No. 2 O Movimento Judaico-Messiânico: Uma Introdução por Daniel Juster e Peter Hocken

No. 3 Os Marranos: Uma História que Precisa de Cura por Peter Hocken

Para mais informações ou para adquirir outros livretos, entre em nosso site:

www.tjc2.org.br

Rumo ao Segundo Concílio em Jerusalém (TJCII)

Representante Nacional:

Ministério Ensinando de Sião - BRASIL

Tel (31) 3498-1761

e-mail: contato@tcj2.org.br

Conheça também:

ABRADJIN: Associação Brasileira dos Descendentes de Judeus da Inquisição - www.abradjin.org.br

Museu da História da Inquisição:

www.museudainquisicao.org.br

Notas

Notas

Notas